

A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

ALDA MOURÃO
ANGELA DE CASTRO GOMES
COORDENAÇÃO

As revelações de um dicionário da Primeira República do Brasil

Alzira Alves de Abreu

Introdução

ESTE TEXTO FALA DE UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO QUE NOS PERMITE discutir e colocar em questão a validade do termo *República Velha*, utilizado por muitos historiadores e cientistas sociais para analisar a Primeira República no Brasil.

O historiador corta o tempo em períodos para melhor analisar a história e explicar as continuidades e rupturas. Como mostra Paul Ricoeur (1992:35-41), os cortes no tempo histórico não são feitos arbitrariamente, mas estão ligados, entre outras, a questões do social, do presente. Por outro lado, um acontecimento pode ter uma função de corte no tempo, com um significado de marco histórico inicial. Cabe ao historiador fazer a distinção entre os tempos históricos e mostrar o que diferencia um período do outro.

Foi durante a elaboração do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro da Primeira República (1889-1930)*, que está sendo preparado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que verificamos que algumas questões relativas ao entendimento da Primeira República mereciam ser questionadas, inclusive o termo que vem designando esse período de nossa história.

O universo do Dicionário da Primeira República segue o modelo utilizado anteriormente na preparação do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, publicado pela primeira vez em 1984, reeditado em 2001 e relançado em 2010 em versão on-line. Como o anterior, o novo dicionário é composto de verbetes biográficos e temáticos. Assim, na obra serão contemplados, para

o período 1889-1930, todos os presidentes e vice-presidentes da República, ministros de estado, governadores dos estados da Federação, senadores e deputados, chefes de revoltas e rebeliões, líderes de movimentos políticos e sociais, lideranças operárias, intelectuais e empresariais, e jornalistas de destaque. Além disso, integram o universo do dicionário os mais importantes acontecimentos do período, constituições e constituintes, revoltas, rebeliões, movimentos políticos e sociais, instituições político-administrativas e econômicas, partidos políticos, correntes e conceitos políticos, acordos e tratados internacionais e veículos da imprensa escrita e radiofônica.

Apresentar um conjunto de biografias cobrindo um longo período histórico nos coloca diante de diferentes fenômenos sociais e permite confrontar como reagiram os indivíduos nas diversas conjunturas. Os personagens biografados, através de suas ações, refletem e explicam as questões e pensamentos próprios do período em que atuaram como protagonistas da história nacional. Ao trabalhar com biografias de personagens que vivenciaram o mesmo período histórico e as mesmas conjunturas é possível traçar o perfil da elite política brasileira da Primeira República.

Nossa perspectiva é a de que um dicionário biográfico da política deve ser visto como uma obra de referência e um ponto de partida para novos estudos e pesquisas. Os dicionários são constituídos de uma soma considerável de informações e de dados que é colocada à disposição de todos, do erudito ao homem comum. Destinam-se, portanto, à difusão democrática de um determinado tipo de saber. São obras que não têm autor, e sim organizadores e compiladores de um conhecimento obtido nas mais diversas fontes. Os dicionários de política, além de indicar o estágio do conhecimento de uma disciplina ou de uma área de especialização, podem ser motores de renovação, na medida em que oferecem ao especialista um amplo inventário do conhecimento existente, a partir do qual poderão ser elaborados estudos comparativos e aprofundadas análises e estudos críticos.

Os verbetes que estão sendo elaborados para o *Dicionário da Primeira República* estão sendo construídos com base em informações provenientes de fontes secundárias, como livros, relatórios, jornais, revistas, e também de fontes primárias, como arquivos públicos e privados. O pesquisador, ao utilizar um dicionário desse tipo, deve estar atento aos critérios e conceitos que foram

levados em conta na sua elaboração, e os dados encontrados na obra devem ser confrontados com outros estudos que analisam o mesmo universo.

É verdade que a abordagem biográfica é muitas vezes identificada com o discursivo, com o factual, com o acompanhamento das circunstâncias de uma existência individual e, como tal, é desprestigiada. As restrições à biografia estão centradas na alegação da impossibilidade de uma representação objetiva da vida. Vista como um gênero menor, confuso, a biografia seria portadora de erros, preconceitos, lugares comuns. Essas críticas foram feitas especialmente pelos historiadores da *École des Annales*, mas os historiadores de hoje podem utilizar outros instrumentos que permitem que a biografia se torne uma leitura do social. “As singularidades e a especificidade irreduzíveis de cada indivíduo não impedem que a individualidade possa constituir uma forma social” (Wolicow, 1994:9-10).

Mesmo que as biografias se destinem à produção de verbetes de dicionários ou enciclopédias, ou se resumam à produção de material documental, elas podem se tornar objeto de análise e de interpretação histórica, sendo possível estabelecer a articulação entre o tempo de uma história individual e o tempo socio-histórico, ou seja, a articulação entre biografia e história (Balan e Jelin, 1980).

Com a volta do interesse pelas biografias, ocorreu uma renovação no método biográfico, tanto no que diz respeito à escolha dos biografados, quanto à utilização das fontes e às questões analisadas. À medida que o historiador começou a fazer novas perguntas sobre o passado, ele teve de buscar novas fontes de pesquisa e lançou um novo olhar sobre a documentação, o que trouxe como resultado elementos diversificados na construção de biografias.

O processo de elaboração do *Dicionário da Primeira República* leva em consideração as regras básicas de construção de biografias. Ou seja, adota a forma narrativa e a ordem cronológica, que permitem acompanhar a trajetória de vida dos biografados e estabelecer relações temporais entre história individual e acontecimentos gerais.

Uma biografia sempre narra acontecimentos. O verbete do biografado começa com informações básicas: data e local de nascimento, profissão dos pais, estudos realizados, entrada na política, cargos e posições políticas, projetos apresentados ou decisões tomadas em uma determinada conjuntura. O verbete deve terminar com a data e o local do falecimento, acontecimentos

ligados a um tempo e a um lugar de uma experiência singular. Jacques Le Goff (1989:48-53), ao discutir as questões que devem ser levadas em consideração na construção de uma biografia histórica, recomenda que ela seja montada, em certo sentido, como narração de uma vida que se articula em torno de certos acontecimentos individuais ou coletivos. Segundo esse autor, uma biografia que não é baseada em acontecimentos não tem sentido.

Um novo olhar sobre a Primeira República

A Primeira República no Brasil, iniciada com o golpe que pôs fim à Monarquia em 15 de novembro de 1889, foi analisada por historiadores e cientistas sociais a partir da ruptura da Revolução de 1930. Tal acontecimento foi visto como um marco na modernização do país, a partir do qual se intensificou a industrialização, ocorreram a reorganização e a modernização do aparelho de Estado e se assistiu à conquista dos direitos trabalhistas. Uma Nova República teria surgido por oposição à anterior, que foi então chamada de *República Velha*. Também denominada *República Oligárquica*, *República do Café com Leite*, *República dos Coronéis*, a experiência republicana de 1889 a 1930 é vista até hoje de um prisma negativo.

Como indica W.G. dos Santos (2009:18),

a literatura revolucionária, partidária da Revolução de 30, foi extremamente eficiente ao fixar na memorialística nacional a imagem de que o período correspondente à Primeira República foi nefasto, controlado o país por não mais do que duas ou três “carcomidas” (termo da literatura revolucionária) oligarquias estaduais, ocupadas em manter privilégios, ainda que com o comprometimento dos interesses gerais do país. É dessa literatura que decorre a designação de “República Velha”, sendo esta na verdade a primeira república, e que só encontrará sucessora, quinze anos depois de haver sido destruída, na restauração política de 1945.

Os estudos dos historiadores, cientistas sociais e economistas sobre os primeiros anos da República, elaborados basicamente a partir da década de 1950, deram ênfase a uma linha de interpretação que identificava no período da Primeira República uma contradição fundamental entre o setor agrário-exportador e os setores urbano-industriais. Nos anos 1960-70 surgiram novas aná-

lises, com uma revisão das interpretações sobre a Primeira República. Inúmeros estudos indicam que, ao contrário, havia então uma convergência e complementaridade de interesses entre as duas esferas econômicas. Os anos pós-1964 despertaram grande interesse dos historiadores e cientistas sociais pela Primeira República e também pela Revolução de 1930, devido às mudanças políticas e econômicas que ocorriam na sociedade após a subida dos militares ao poder. Também nesse momento os chamados “brasilianistas”, pesquisadores norte-americanos que estudaram o desenvolvimento político e regional do Brasil, trouxeram uma contribuição para o estudo comparativo das elites oligárquicas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, da Proclamação da República (1889) ao Estado Novo em 1937. Nos anos 1980, novos estudos apresentaram uma revisão sobre a atuação das oligarquias regionais, relativizando a ideia de que a hegemonia política da oligarquia de São Paulo em aliança com a de Minas Gerais estava baseada na economia exportadora do café. Os novos estudos indicam que o sistema oligárquico da Primeira República era mais complexo do que até então tinha sido apresentado (Gomes e Ferreira, 1989).

Ao iniciarmos em 2009 a pesquisa para o *Dicionário da Primeira República*, também estamos chegando a novas “revelações”. Em primeiro lugar, percebemos que a Primeira República foi um período de enorme riqueza de ideias, de grande criatividade institucional, organizacional e cultural. Foi um período de grande estabilidade institucional, em que as eleições legislativas e presidenciais ocorreram sem interrupção, e não houve deposição de presidentes. A industrialização e a formação da classe operária brasileira, as organizações sindicais e suas reivindicações trabalhistas também tiveram seu começo durante a Primeira República. Trata-se ainda de um momento-chave para a Igreja Católica, que se reestruturou no Brasil, com a separação Igreja-Estado e com a perda de privilégios que tinha durante o Império. Ainda assim a Igreja investiu na expansão, marcando sua presença em todos os estados da Federação e criando escolas religiosas. Através dos intelectuais católicos, criou o Centro Dom Vital e lançou a revista *A Ordem*, meio pelo qual participava dos debates sobre os acontecimentos do período.

No levantamento do universo de biografados que vão constar do dicionário, chama a atenção o número elevado de intelectuais que analisaram o Brasil e suas potencialidades. Havia uma preocupação em explicar o país e indicar os

caminhos do progresso, em mostrar como transformá-lo em um país moderno tanto do ponto de vista econômico como cultural. A partir do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o modelo passou a ser os Estados Unidos e não mais a Europa. Nesse momento, intelectuais, políticos e outros grupos sociais preocupados com o futuro do país passaram a discutir e a tentar influenciar as decisões políticas no sentido de introduzir mudanças nas instituições nacionais, o que exigiria a modernização das leis. A Constituição de 1891, promulgada logo após a implantação da República, passou a ser vista como ultrapassada, devendo sofrer alterações.

A Primeira República se caracterizou pela competição entre liberalismo e positivismo. Os defensores do liberalismo, principalmente os cafeicultores de São Paulo, queriam a descentralização do poder através do federalismo, e viam a iniciativa privada como a mais adequada para a construção da nacionalidade (Reis, 1988:192). Ao final da Primeira Guerra Mundial, houve mudanças na forma de pensar e interpretar o país. A produção intelectual orientou-se no sentido de valorizar a autoridade do Estado, orientação que iria prevalecer a partir da Revolução de 1930. Houve uma forte oposição ao liberalismo que atingiu não só as ideias como as práticas políticas, as instituições e as organizações sociais, políticas e culturais.

Durante a Primeira República foi criado, em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB). As comemorações do Centenário da Independência, também em 1922, incentivaram transformações arquitetônicas na capital do país — então localizada no Rio de Janeiro. A Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo igualmente em 1922 trouxe a renovação das artes no Brasil. O rádio iniciou suas transmissões em 1922, e em 1923 Roquette-Pinto e Henrique Morize instalaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com fins educacionais e culturais. Os movimentos sociais de esquerda tiveram grande impacto e influência na construção de instituições e na formação de ideias políticas.

Ao ser implantada a República, os novos governantes encontraram questões diplomáticas com os países vizinhos sobre os limites do território. Havia questões a serem dirimidas com a Argentina, Bolívia, Peru, Colômbia, Guiana Inglesa, Guiana Holandesa e Francesa. Coube a José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, a maior responsabilidade e o sucesso nessas negociações, obtendo o reconhecimento internacional dos direitos do Brasil

sobre cerca de 900 mil quilômetros quadrados de território objeto de litígio. Foi durante a Primeira República que o Brasil consolidou juridicamente seus limites territoriais.

Uma das instituições de maior prestígio no Brasil, e que tem hoje o *status* de quarto poder, é o Ministério Público, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais. O Ministério Público foi criado logo após a instalação da República no Brasil por Campos Salles, ministro da Justiça do Governo Provisório. A Defensoria Pública, instituição encarregada de prestar assistência jurídica às pessoas que não podem pagar pelos serviços de um advogado, vista hoje como uma das mais relevantes instituições públicas, dedicada à construção de uma sociedade democrática mais justa, foi criada durante a Primeira República, em maio de 1897, no Rio de Janeiro. O Supremo Tribunal Federal (STF) é de 1890.

A chegada da República trouxe a codificação do direito brasileiro, com o Código Civil promulgado em 1917. Esse Código permaneceu em vigor no país até 2002. É importante lembrar que também nesse período ocorreu o debate sobre a educação no Brasil e que os estudos para a sua extensão a toda a população deram subsídios para as reformas que foram feitas no pós-1930.

Esses são alguns exemplos que nos indicam o equívoco da visão segundo a qual a Primeira República foi um período em que o país viveu dominado por uma oligarquia que não foi capaz de estruturar instituições para dar sustentação ao novo regime, um período inexpressivo para a organização política, social, econômica e cultural do país.

A imprensa na Primeira República

Um tema em especial nos chamou a atenção quando nos voltamos para a Primeira República no Brasil: o da imprensa. Consideramos que ela pode fornecer subsídios para o esclarecimento de alguns aspectos políticos da história do período, na medida em que foi o veículo de divulgação das ideias, do pensamento dos intelectuais, de políticos e de grupos sociais envolvidos no debate político e na discussão de seus novos projetos político-culturais. Um número significativo de políticos utilizou a imprensa como veículo de difusão de suas posições. Em especial, foi na imprensa que se manifestou a decepção

de muitos republicanos com o novo regime instalado no país. Foi também a imprensa o veículo que a elite política remanescente do período imperial utilizou para divulgar que a República significava a predominância da corrupção, do enriquecimento ilícito, dos interesses individuais.

Logo após a implantação do regime republicano, em 1889, foi promulgado um decreto que dava ao governo o direito de julgar e condenar quem conspirasse contra a República por “palavras, escritos ou atos” — foi o chamado “Decreto-Rolha”. No ano seguinte, outro decreto foi promulgado, atingindo diretamente a imprensa. Esses dois decretos foram revogados em novembro de 1890. Pela Constituição de 1891, ficou assegurada a liberdade de imprensa.

Uma constatação que deve ser feita é que muitos jornais da Primeira República — e mesmo do Império — permanecem até hoje em circulação e gozam de grande prestígio. São exemplos o jornal *Diário de Pernambuco*, de 1825, o *Jornal do Comércio*, de 1827, *O Estado de S. Paulo*, que foi fundado em 1875 e apoiou a implantação da República, o *Jornal do Brasil*, fundado em 1891 (foi fechado em 2010), *O Globo*, de 1925.

Nos primeiros anos da República os jornais ainda não detinham técnicas capazes de reproduzir fotografias, e as imagens que os ilustravam eram caricaturas e charges com representações e críticas de pessoas e fatos. Os jornais utilizavam gravura em metal, xilogravura e litografia. Essa era uma forma de atingir uma população que em sua maioria era analfabeta. O uso da fotografia nos jornais diários só se tornou corrente na década de 1920.

Várias inovações foram introduzidas nos jornais em 1907 — por exemplo, o jornal *O Estado de S. Paulo* comprou uma rotativa Marinoni, que lhe possibilitou tirar 35 mil exemplares diários de 16 a 20 páginas (Sodré, 1999). Ao mesmo tempo, o telégrafo permitiu o recebimento de informações do exterior, e as empresas jornalísticas passaram a comprar notícias de agências internacionais. Os anúncios pagos ocuparam grandes espaços nos jornais. Escritores de grande prestígio foram responsáveis por algumas das mais importantes páginas de propaganda publicadas na imprensa.

Um dos traços marcantes do jornalismo no início da República foram as revistas dedicadas à crítica dos costumes e da política, que continham elas também caricaturas, charges, desenhos a bico de pena (Velloso, 1996). As revistas semanais ilustradas estavam voltadas para um público diversificado. Foi o período áureo da sátira, que deu projeção a um grande número de artistas,

como Raul Pederneiras, Kalixto, J. Carlos. Um deles merece destaque: trata-se do italiano Ângelo Agostini, que introduziu o desenho irreverente sobre o cotidiano e os principais acontecimentos do país. Agostini criou *A Revista Ilustrada*, no Rio de Janeiro, jornal satírico de grande sucesso e o mais popular durante os anos 1876-1898. Tinha uma tiragem de 5 mil exemplares. Em 1917 criou a revista *Dom Quixote*, onde Dom Quixote e Sancho representavam, o primeiro, a figura do intelectual, e o segundo, a do povo. A revista ironizava os personagens políticos e os costumes da República. A primeira revista em quadrinhos no Brasil surgiu em 1905, *O Tico Tico*, também pelas mãos de Agostini. Mais tarde, Agostini deu nova contribuição na revista satírica *O Malho*, que chegou a vender 35 mil exemplares.

As revistas abriram espaço para os intelectuais modernistas, como foi o caso da *Revista do Brasil*, que acolheu os jovens modernistas de São Paulo que questionavam os padrões literários convencionais. Nessa revista se encontravam as elites empresariais e intelectuais que desenvolviam novas formas de expressão e de linguagem (Velloso, 2006).

Havia uma divisão clara entre uma parte da imprensa, que era monarquista, e outra que tendia a apoiar a República. A imprensa era constituída basicamente de pequenos jornais, com exceção do *Jornal do Comércio*, do *Jornal do Brasil*, da *Gazeta de Notícias* e do *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro. O número de jornais em circulação durante a Primeira República no Rio de Janeiro chegou a totalizar mais de 200 títulos, distribuídos pelos diversos municípios (Ferreira e Lamarão, 1985:29). Em São Paulo houve um grande crescimento da imprensa — além do *Estado de S. Paulo*, que ocupava espaço importante na política, encontramos *O Correio Paulistano* e *A Gazeta*. Surgiram revistas como *A Cigarra* (1914), e jornais como o *Diário da Noite*, a *Folha da Manhã* (ambos de 1925) e o *Diário de São Paulo* (1929). O início do século XX, com o processo de industrialização e o crescimento das cidades, foi o momento da entrada de um grande contingente de imigrantes, uma população que trouxe uma experiência de trabalho assalariado e uma tradição de trabalho artesanal e técnico. Os imigrantes contribuíram para o desenvolvimento da imprensa brasileira, seja como técnicos, seja como lideranças de movimentos sindicais que deram origem a muitos jornais operários. Surgiram inúmeros jornais dirigidos aos imigrantes, redigidos em português, italiano, alemão e espanhol.

Durante a Primeira República os jornais foram deixando a fase artesanal para se tornar empreendimentos empresariais, dotados de equipamento gráfico. Ao mudar a produção do jornal, alterou-se a circulação, a relação com os anunciantes, a relação com a política e com os leitores. Os jornais passaram a dar mais ênfase à informação do que à opinião. Uma das consequências dessa transição foi a redução do número de periódicos (Sodré, 1999:275).

O *Jornal do Brasil*, criado em 1891 por intelectuais monarquistas, iniciou suas atividades já estruturado como empresa, e com inovações importantes, como a distribuição em carroças pela cidade e a existência de correspondentes estrangeiros, entre eles Joaquim Nabuco. O periódico afirmava seu propósito de combater a República no plano das ideias e de criticar o governo com posições moderadas. Embora seus proprietários fossem monarquistas, dizia no seu editorial de abertura que pretendia manter boas relações com o regime republicano.

Joaquim Nabuco, ao voltar da Europa, assumiu a chefia da redação, e seus primeiros editoriais foram de crítica ao governo e ao regime republicano. Publicou uma série de artigos intitulados “Ilusões republicanas”, críticas que geraram um clima de hostilidade ao jornal por parte do governo e dos republicanos. Por outro lado, Nabuco enfrentava a hostilidade dos monarquistas, que o consideravam conciliador com o governo. Por ocasião da morte do último imperador brasileiro, dom Pedro II, em dezembro de 1891, em Paris, o *Jornal do Brasil* lançou uma edição especial intitulada “O Grande Morto”, na qual era apresentado um histórico de reinado. Esses artigos provocaram forte reação do público contra Joaquim Nabuco, e o jornal foi invadido por uma multidão que depredou suas oficinas. Diante de tal situação, foi dissolvida a antiga sociedade, e Joaquim Nabuco e Rodolfo Dantas, o outro proprietário, transferiram a propriedade, que foi transformada em sociedade anônima. Em 1893 um grupo ligado a Rui Barbosa comprou as ações do jornal, assumindo seu controle. A direção foi entregue a Rui Barbosa, que direcionou o jornal para a defesa do regime republicano. Mais tarde o jornal sofreu outras mudanças de direção e tornou-se um periódico com ênfase na informação de interesse popular.

A formação do grande império jornalístico de Assis Chateaubriand teve início em 1924, com a compra do *O Jornal*. Em 1928 ele lançaria o semanário *O Cruzeiro*, revista que alcançou grande sucesso nos anos 1950-60. Outro

jornal criado em 1925 foi *O Globo*, que se mantém até hoje no mercado, integrando uma das maiores redes de comunicação do país.

A fase inicial do regime republicano foi marcada por uma radicalização das posições, devido em grande parte às dificuldades políticas e econômicas que o país enfrentava. Basta lembrar a crise econômica do Encilhamento, em 1891, quando ocorreram inúmeras falências bancárias e de empresas, a renúncia do presidente da República Deodoro da Fonseca e sua substituição por Floriano Peixoto, a deflagração da guerra civil nos estados do sul do país, a Revolta da Armada. Nesse contexto a imprensa refletia a radicalização política.

A primeira República viu também surgir uma imprensa feminina, que se caracterizava por unir jornalismo e literatura. As mulheres exigiam maior participação na vida política e para isso organizaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que pedia para a mulher o direito ao voto e o acesso à educação. Ao mesmo tempo surgiram jornais voltados para as questões raciais, com a criação de uma imprensa negra. Em São Paulo foram criados, entre outros, *A Sentinela*, em 1920, *O Kosmos*, em 1922, e o *Clarim d'Alvorada*, em 1924.

A luta por melhores condições de trabalho, em prol de questões sociais, resultou no surgimento de um jornalismo operário, o que permitiu ampliar o conhecimento sobre as reivindicações sociais. Entre 1889 e 1927 surgiram mais de 300 títulos de jornais operários, a maior parte de orientação anarquista ou anarco-sindicalista, folhas muito combativas e que em geral tinham uma existência curta.

A carreira literária e a carreira de jornalista muitas vezes se confundiam, assim como políticos e jornalistas se cruzavam nas redações. Os escritores dependiam do trabalho no jornal para viver e para divulgar sua produção intelectual. Não eram os livros, que tinham tiragens pequenas, que divulgavam os escritores. A consagração de um escritor se fazia através de sua colaboração na imprensa. As redações eram o ponto de encontro dos intelectuais.

As mudanças que ocorreram no Brasil a partir de 1920, quando se intensificou a industrialização, impuseram adaptações da imprensa. Esta agora passou a exigir que o escritor, em vez de produzir contos e poemas, escrevesse reportagens. Como mostra Sodré (1999:296-297),

tais alterações serão introduzidas lentamente, mas acentuam-se sempre: a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela

reportagem; a tendência para o predomínio da informação sobre a doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até os mundanos. Aos homens de letras a imprensa impõe, agora, que escrevam menos colaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias.

A imprensa dos anos 1920 estava preocupada com a formação da opinião pública, como mostra Capelato (1991/92:63). Ela se atribuía uma dupla tarefa: “controlar os abusos do governo e impedir a rebelião dos ignorantes. Os jornais se colocavam como anteparo entre o governo (que cometia abusos) e o povo potencialmente rebelde”. Em relação aos governantes, de acordo com a pesquisa de Capelato (1991/92:63), a imprensa

tinha um discurso moralizador e centrava-se na crítica aos erros praticados pelos dirigentes; quando se referia ao povo enfatizava o espírito de ordem e o respeito aos princípios fundamentais da organização social. Nesse último aspecto, evidencia-se o objetivo de ‘formar a opinião pública’, tarefa que tinha conteúdo nitidamente educador.

O episódio das “Cartas Falsas”, cartas publicadas no jornal *Correio da Manhã* em outubro de 1921, permite entender o papel que a imprensa exerceu nesse momento, bem como algumas características que marcaram a atuação dos jornais. Aproximava-se a sucessão presidencial de 1922 e crescia a instabilidade política, com disputas e conflitos entre as oligarquias e o claro descontentamento dos militares e dos setores urbanos com a forma como se dava o encaminhamento das questões políticas, em especial com o funcionamento do sistema eleitoral. A tensão política e a crise econômica decorrente da queda dos preços do café se refletiram na campanha sucessória. Dois candidatos disputavam a presidência: Nilo Peçanha, pela Reação Republicana, e Arthur Bernardes, candidato da situação. A campanha se desenrolou em um clima de grande disputa e violência. O *Correio da Manhã*, jornal de grande penetração nos meios políticos e camadas médias urbanas, opositor da política dominante, lançou duas cartas supostamente escritas por Arthur Bernardes; na primeira, o signatário questionava a integridade moral das Forças Armadas, e, na segun-

da, apresentava ofensas ao candidato Nilo Peçanha. As cartas entregues ao *Correio da Manhã* foram consideradas autênticas pela direção do jornal. A partir de sua divulgação todo o noticiário da imprensa passou a girar em torno delas. Os jornais, de acordo com seu posicionamento político, deram voz aos que defendiam ou negavam a autenticidade das cartas. Bernardes negou com veemência a autoria. A autenticidade ou falsificação das cartas tornou-se um tema de debate na Câmara dos Deputados e no Senado, e entre os diversos jornais do país. Eleito Bernardes em março de 1922, teve início o questionamento sobre se ele deveria tomar posse. Logo depois os falsários confessaram o crime.

As “Cartas Falsas” se constituíram em um elemento de aglutinação de todas as forças descontentes com a forma de fazer política, aguçaram as divergências internas das oligarquias e foram usadas como pretexto para organizar os grupos que contestavam o sistema político vigente. As “Cartas” foram inicialmente uma bandeira eleitoral e em seguida levaram a um discurso em favor da mudança do sistema político existente. Esse acontecimento e a posição dos jornais foram cruciais para desencadear a crise política que levou às revoltas tenentistas da década de 1920 e à Revolução de 1930.

Conclusão

Com estas observações, tentamos mostrar que, ao reunirmos no *Dicionário da Primeira República* uma gama variada de biografias, mostrando homens públicos e suas formas de atuar, sob a influência de numerosas ideias e doutrinas, em interação com partidos, associações, instituições, sindicatos, imprensa, tornou-se possível para nós repensar as questões que envolvem a periodização histórica.

A importância da conjuntura política dos anos 1930 deve sem dúvida ser considerada ao se fazer o recorte metodológico para a periodização da história política brasileira. A partir de 1930 o país viveu um processo de mudanças intensas, tanto econômicas como sociais. Entretanto, não é possível admitir que tudo mudou a partir da Revolução de 1930, e que o período que a antecedeu só pode ser analisado como uma República “Velha”.

O problema da periodização deve ser visto a partir dos critérios utilizados pelos historiadores, que podem incluir critérios econômicos ou políticos, ideológicos e outros. É certo que o historiador precisa da periodização, deve escalonar os acontecimentos na ordem do tempo para tornar a história inteligível. Através da periodização se dá o entendimento de como ocorreram as transformações históricas e como se deu a transição de um período para outro. Entretanto, é necessário encontrar na periodização as continuidades e as rupturas. Os períodos se sucedem, implicam rupturas e muitas vezes o dominante é a continuidade. Cada período histórico apresenta fatos em comum com outros períodos anteriores ou posteriores a ele.

Referências

- BALAN, Jorge; JELIN, Elizabeth. La structure sociale dans la biographie personnelle. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXIX, 1980.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 55-75, set. 1991/ago. 1992.
- BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. 4 v.
- ABREU, Alzira Alves de (Coord.) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. 5 v.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; LAMARÃO, Sérgio. Fontes para o estudo da história do estado do Rio de Janeiro na Primeira República. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais — BIB*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 23-41, 1985.
- GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.
- LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? *Le Débat*, n. 54, p. 48-53, mar./abr. 1989.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

- REIS, Elisa. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.
- RICOEUR, Paul. *Écrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS, 1992.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Relatório preliminar apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro*, 2009. Mimeografado.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- WOLIKOW, Serge. Ecrire des viés. Biographie et mouvement ouvrier, XIX e XX siècles. Territoire Contemporaine. *Cahiers de l'IHC*, Dijon, n. 1, p. 9-10, 1994.